

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A CATEDRAL DE SÃO PEDRO EM RIO GRANDE/RS: PERSPECTIVAS ATRAVÉS DO ENSINO DE HISTÓRIA

William Adão Ferreira Paiva¹

Resumo: A Catedral de São Pedro, localizada na cidade do Rio Grande/RS, foi a primeira igreja erguida no Estado do Rio Grande do Sul tendo suas obras iniciadas no ano de 1755. Foi reconhecida como Patrimônio Histórico e Cultural através do Decreto Lei nº 25 de 30/11/1937, sendo considerada um dos símbolos da cidade. Ainda que se reconheça a necessidade de apresentar, trabalhar e discutir o Patrimônio Material e Imaterial de uma comunidade, a fim de que se conheça, valorize e perpetue esse legado, constata-se que existe uma carência de trabalhos que divulguem ações ou façam alusão à relação entre a Educação Patrimonial e o ensino de História na cidade do Rio Grande/RS, mais precisamente sobre a Catedral de São Pedro. Com a intenção de contribuir para a diminuição dessa lacuna, o presente trabalho se propõe a apresentar parte da pesquisa que está sendo realizada no Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do ensino de História em Rio Grande/RS a partir de uma proposta de Educação Patrimonial, que traz como referencial a Catedral de São Pedro. Como ela é um Patrimônio Histórico da cidade, faz-se necessário que os educadores explanem em suas práticas pedagógicas informações e referências sobre os assuntos ligados a Educação Patrimonial e também ao próprio Patrimônio Histórico e Cultural. Pode-se dizer que uma das funções primordiais da Educação Patrimonial no ambiente escolar é a de possibilitar o pleno conhecimento sobre as informações pertencentes aos bens culturais, sem deixar de ressaltar a forma como pode ocorrer o acesso aos mesmos. Isso fará com que os educandos reconheçam sua importância e valorizem a sua preservação, proporcionando assim uma relação de “pertencimento” com a cultura local. Os resultados contribuirão para que haja o compartilhamento de experiências e a reflexão sobre o tema, acerca dos trabalhos da mesma natureza.

Palavras-chave: Ensino de História. Patrimônio. Educação Patrimonial.

INTRODUÇÃO

O presente artigo diz respeito a pesquisa, que se encontra em fase de desenvolvimento para o Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), já que é fruto de uma trajetória acerca de indagações e leituras sobre a problemática proposta. Sabe-se que as instituições de memória, a

¹ Bacharel em Arquivologia, Especialista em Gestão de Projetos e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado Profissional) da Universidade Federal do Rio Grande (PPGH/FURG), sob orientação da Profa. Dra. Renata Braz Gonçalves. Atua como Arquivista na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: william.paiva@ufsc.br

exemplo dos Museus, Bibliotecas, Arquivos e até mesmo os Templos, são responsáveis pela guarda, manutenção e acesso aos seus acervos, uma vez que apresentam um papel fundamental em uma sociedade. São os seus registros, na maioria das vezes, que revelam os fatos ocorridos e motivados por uma ação causada no tempo. Essa relação entre documento e informação acaba sendo orgânica e muitas vezes inevitável, pois educação, memória e história se tornam indissociáveis, no que diz respeito às vivências de cada indivíduo e até mesmo da coletividade diante de um fato.

Consoante a temática ligada a Educação, seja ela patrimonial, bem como ao ensino da História Local e também ao Patrimônio Cultural, pretende-se corroborar para que a história e a memória não sejam esquecidas pela falta de registros ou de informações, que por ventura não venham a ser explanadas dentro do ambiente escolar. Aquilo que se deixa hoje enquanto aprendizado e educação, necessitará ser compartilhado com as demais pessoas que queiram saber, por exemplo, os fatos atinentes a um passado e presente.

Segundo o que trata Apolinário (2012, p. 63) podemos pensar ainda que “o ensino de História é um espaço rico de possibilidades de se trabalhar com a Educação Patrimonial. Desde a primeira fase escolar é possível falar de história, memória, cidadania”, sendo esses considerados alguns dos temas mais relevantes, para fins de composição da educação da criança. Sabe-se ainda que a Educação Patrimonial poderá servir ao ensino de História, como uma metodologia desenvolvida para aliar-se ainda mais na construção desse próprio ensino.

Como modelo a esta proposta educacional, não se deve deixar de falar na cidade, que é o espaço de convivência e de descobertas que faz parte do cotidiano dos alunos. Esses espaços são compostos pelos mais diversos patrimônios, sendo que para Possamai (2013, p. 96-97) a cidade nos remeterá a ideia de que:

A presença dos patrimônios no espaço urbano, por outro lado, é uma oportunidade de contato com monumentos-documentos do passado à disposição de educadores e alunos que permite exploração muito além de uma relação de identidade unívoca que se possa estabelecer. A educação do olhar para objetos visuais e materiais presentes nos trajetos urbanos cotidianos pode possibilitar a atenção para significados anteriormente não imaginados, como forma, o desenho, a cor, a materialidade, assim como permite a realização de muitas outras descobertas por meio da investigação coletiva. Ensinar a olhar a cidade e os patrimônios (seja a arquitetura, o traçado urbano ou os objetos e obras de arte num museu) reveste-se de singular importância diante do contato quase exclusivo com os meios audiovisuais e tecnológicos à disposição de nossos alunos.

Ainda sobre a relação existente entre a Educação Patrimonial e o ensino de História, cabe destacar que ela não pode ser meramente uma ação, de apenas “repassar” os conhecimentos do professor ao aluno de forma mecânica ou utilizando o próprio método cartesiano para se ensinar. Entretanto, a metodologia da Educação Patrimonial deverá levar os alunos ao processo de conhecimento sobre os bens culturais, identificando o significado que cada um possui através dos tempos e da própria historicidade que o envolve. Somente assim será possível que esse educando se sinta herdeiro dessa memória coletiva e também responsável pela construção da história que o circunda. (APOLINÁRIO, 2012)

Salienta-se ainda que o objetivo principal da pesquisa é contribuir para o desenvolvimento do ensino de História nas séries iniciais do Ensino Fundamental em Rio Grande/RS, a partir de uma proposta de Educação Patrimonial.

JUSTIFICATIVA

Destaca-se que a Catedral é considerada Patrimônio Histórico e Cultural da cidade do Rio Grande/RS e é preservada por Lei. Esta pesquisa justifica-se pelo fato da imagem da Catedral possuir uma significância de símbolo histórico no município, pois sua representação esteve presente em muitos patrimônios reconhecidos da cidade, a exemplo do ofício de produção da Jurupiga na Ilha dos Marinheiros. Também esteve inserida no logotipo da Prefeitura Municipal do Rio Grande (PMRG) e ficou denominada, no período, como “Cidade Histórica”, sendo que está disposta ainda ao lado da descrição do Ginásio Municipal de Esportes Professor Farydo Salomão, erguido na Praça Saraiva.

Sua imagem acompanha o slogan “Rio Grande, Cidade Histórica, Cidade do Mar”, considerada como “Patrimônio do Rio Grande do Sul”, uma vez que a mesma esteve empregada ao lado das vagonetas dos molhes da barra, com grande representação também diante do município. Seu nome ainda é o mesmo entoadado ao padroeiro da Cidade do Rio Grande/RS: São Pedro. Embora existam trabalhos pioneiros como o de Francisco das Neves Alves (1995; 2004), Luiz Henrique Torres (1999; 2007), Pedro Augusto Mentz Ribeiro (2004), Antônio Luis Schifino Valente (2006) e que fundamentaram essa pesquisa ao longo da escrita, ainda se pode afirmar que existe uma carência de outros materiais, que possuam

como enfoque a relação existente entre a Educação Patrimonial e o ensino da disciplina de História na cidade do Rio Grande/RS, mais precisamente sobre a Catedral de São Pedro.

Isso mostra que esse tema ainda pode ser melhor trabalhado e explorado pelos pesquisadores, para que possa assim contribuir com o avanço dessa área. Por tudo isso que foi explanado, salienta-se a importância que o desenvolvimento desse estudo traz consigo, por ser inédito ao trabalhar com as relações ligadas ao Ensino, a Educação, ao Patrimônio e a História na cidade do Rio Grande/RS.

OBSERVAÇÕES SOBRE O QUE É O PATRIMÔNIO

A palavra patrimônio tem origem do latim (*patrimonium*), fazendo referência à noção que se pode ter de paternidade e pátria, sem descartar a hipótese de que também mantém associação com a ideia de herança, de legado e de posse. Já o Direito Romano o define como sendo um conjunto de bens familiares, que são considerados não segundo a ótica de seu valor pecuniário, mas na condição de bens que podem ser transmitidos, remetendo, de fato, aos bens de herança (POULOT, 2008).

Motta (2014) ao concordar com Poulot (2008) sobre a pertinência do termo ligado também a ideia de herança, nos diz que:

Em épocas passadas, o termo patrimônio (*patrimonium*), de origem latina e corrente a partir do século XVI, remetia essencialmente à ideia de propriedade (bens materiais) transmitida hereditariamente a um determinado grupo em linha sucessória, princípio que pauta ainda hoje, no direito civil, as regras sobre heranças. Nos séculos subsequentes houve um progressivo deslizamento dessa noção que, do domínio estritamente privado, inerente ao grupo familiar (*pater familias*), começou também a contemplar a ideia de esfera pública (coletividade) cujo corolário², a partir de então, firmou-se no pressuposto do legado histórico transmitido pelos antepassados. (MOTTA, 2014, p. 379)

Candau (2011, p. 158-159) afirma que o patrimônio pode ser interpretado como um “aparelho ideológico da memória”, sendo necessário para tanto a conservação dos vestígios e dos testemunhos, considerados como aparatos para haver certa ilusão de continuidade da história. Deste modo, ele é fatídico no que concerne a revelação da identidade de um povo,

² Conforme Abbagnano (2007, p. 210) o termo pode ser entendido como “o que se deduz de uma demonstração precedente, como uma espécie de acréscimo ou ganho extraordinário.”

por exemplo. Essa identidade terá o respaldo através de abrigos, entendidos como os locais de memória, consoante ao que pensa Prats (2005) quando afirma que o Estado possui relação direta com os espaços patrimoniais, dotados de bens culturais, devido ao fato desses locais apresentarem narrativas. Essas são motivadas em torno dos próprios bens identificados. No entanto, comenta ainda que o “[...] patrimônio cultural é uma invenção e uma construção social”, dependendo, por ora, de instituições sociais que o legitimem (PRATS, 1998, p. 63).

O Patrimônio Cultural pode ser entendido como um conjunto de bens, de natureza material ou imaterial e com um valor (histórico, artístico) que remete a identidade social de um povo, independentemente da época vivenciada (passado, presente). Consegue-se reconhecer os saberes, os fazeres, as expressões, as celebrações e tudo aquilo que pode ser oriundo enquanto “popular”, como sendo parte indivisível deste patrimônio. (PELEGRINI, 2009)

CONSIDERAÇÕES SOBRE O DECRETO-LEI NÚMERO 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937

O Decreto-Lei número 25, de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1937) aborda os preceitos que fazem menção à organização e proteção do patrimônio histórico e artístico nacional brasileiro. Cabe salientar aqui que este dispositivo ficou conhecido como a Lei do Tombamento, pois tem o intuito de fazer com que os bens (pertencentes ao patrimônio artístico e histórico) sejam protegidos e preservados, consoante ao valor patrimonial que possuam. De acordo com o referido Decreto-Lei, os bens mencionados anteriormente só serão considerados parte integrante do patrimônio depois que forem inscritos em um dos quatro Livros do Tombo existentes. Conforme Alves (2006):

ficava previsto que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuiria quatro Livros do Tombo, nos quais seriam inscritas as obras tombadas, seguindo as seguintes especificações: no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular; no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica; no Livro do Tombo das Belas-Artes, as coisas de arte erudita nacional ou estrangeira; e no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluíssem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras. (ALVES, 2006, p. 126)

Já Fernandes (2010, p. 11) define o Decreto-Lei, em suma, “[...] como instrumento tutelar de preservação aos bens culturais. Estava, portanto, institucionalizada a política federal de proteção ao Patrimônio Histórico nacional”. De acordo com Fonseca (2005) o órgão que era responsável pelas ações de identificação, conservação, preservação, catalogação, restauração, fiscalização bem como a difusão dos bens culturais em torno do território brasileiro chamava-se Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Esse mesmo serviço “foi a primeira denominação do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)” (REZENDE et al, 2015, p. 1).

APONTAMENTOS SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA

Quando remetemos nosso saber ao que aprendemos e ao que carregamos enquanto bagagem educacional, logo pensamos que o conhecimento adquirido pode ser considerado como uma força, que seja capaz de nos tornar mais racionais diante da nossa própria história e trajetória de vida. Ao se pensar no Ensino da História Local, ao qual nossa realidade está englobada pelos fatos ocorridos, não se deve descartar a possibilidade dessa mesma realidade estar envolta pelo patrimônio histórico e cultural.

O patrimônio histórico e cultural das cidades, de modo geral, tem por função representar uma gama de informações que acabam sendo passíveis de interpretação histórica, fazendo com que sua utilização sirva de base e recurso para o ensino de História, principalmente no que se refere a história local. Nessa vertente, Bittencourt (2009, p. 168) alude que “a história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência”.

O Patrimônio Cultural representa uma alternativa com elevado grau de significância, pois dinamiza o ensino de História e torna possível que a própria história da cidade seja utilizada como recurso didático e metodológico. Para Possamai (2011, p. 2977), a cidade é um espaço que necessita ser descoberto em todos os seus aspectos, pois “com suas ruas, praças, avenidas, monumentos, a cidade é um caleidoscópio de imagens, cores e sons; vivenciada pelos educadores e pelos educandos [...]”, envolvendo ainda os demais indivíduos

que dela fazem parte, mesmo que esses estejam na simples forma de ocupantes de um determinado local.

A utilização deste mesmo patrimônio como base para o ensino de História das cidades, passa a existir como uma alternativa ao espaço que abarca e envolve a sala de aula, ou seja, o ambiente escolar no todo, permitindo assim que possa haver um meio de “fazer o aluno sentir a História como algo próximo dele”, com a intenção de fazê-lo “interagir com ela, não como uma coisa externa, distante, mas como prática que ele se sentirá qualificado e inclinado a exercer” (PINSKY e PINSKY, 2010, p. 28). Ainda como acréscimo a isso, Pinheiro (2010) ressalta que:

[...] um ensino de História no qual os professores utilizem metodologias de educação patrimonial pode promover as interfaces entre história, memória e patrimônio cultural, possibilitando, assim, o reconhecimento e a preservação de manifestações culturais significativas para a cultura local. (PINHEIRO, 2010, p.51)

Na escola, o professor precisará estipular alguns critérios que possam levar seus alunos a chegarem no objetivo proposto, seja diante de uma pesquisa ou até mesmo de um trabalho, por exemplo. Diante desse mesmo espaço, Scifoni (2012, p. 30) comenta que a educação através dos patrimônios apresenta diversas possibilidades, sendo que suas ações passam a considerar a “[...] própria cidade como documento da história e de cultura, passível de leitura e interpretação por meio de múltiplas estratégias educativas”.

Sobre o Ensino da História e também do Patrimônio Cultural, Luporini (2002) aborda que a construção dos objetos de estudo com enfoque na história local de uma cidade pode servir sim, como uma experiência positiva para o aprendizado enquanto bagagem e conhecimento ao currículo escolar. Isso fará com que o discente possa construir mecanismos, para que os fatos sejam assim interpretados, reconhecendo e permeando costumes, valores e tradições da comunidade a qual faz parte. Zarbato (2015, p. 85), diante desse mesmo viés nos diz que:

Relacionar o que as pessoas registram em suas memórias sobre a inserção do patrimônio cultural na história local, nos dá a dimensão do entendimento do reconhecimento cultural e social de diferentes grupos e, sendo transposto no ensino de história, possibilita que a pesquisa histórico-didática a importância

que a história local seja compreendida como elementos formadores da cultura histórica e da cidadania.

Ainda é possível que o Patrimônio Cultural seja trabalhado nas escolas, com a intenção de fortalecer ainda mais a relação que existe entre as pessoas e suas heranças culturais. Assim, haverá uma maior responsabilidade da sociedade, no que tange a valorização e preservação dos bens patrimoniais, com vistas a fortalecer cada vez mais esse processo (APOLINÁRIO, 2012). Através desse enfoque, essa instituição educacional precisará compreender, conforme o que aponta Oliveira (2011, p. 66) “sobre a importância e os efeitos positivos da educação patrimonial para a preservação do patrimônio cultural”. Sabe-se que muitos trabalhos estão sendo desenvolvidos e outros já foram realizados, no que concerne as práticas referentes ao ensino de História, mesmo sabendo que muitos educadores ainda possuem a fatídica concepção de que ensinar é apenas repassar informações que foram escritas, interpretadas e vivenciadas por alguém, fazendo com que a história tenha um aspecto mecanizado.

Nesse ponto, Caimi (2006, p. 20) menciona que os conteúdos elaborados são “apresentados aos alunos como pacotes-verdades, desconsiderando e desvalorizando suas experiências cotidianas e práticas sociais”. Isso tudo faz com que os alunos acabem se tornando apenas meros ouvintes e não participantes afincos do processo de construção e aprendizado da História, para que de fato, possam interferir com indagações e questionamentos diante do seu processo educativo. Consoante ao explanado, Barbosa (2006, p. 58) afirma que:

[...] para a maior parte dos estudantes brasileiros, o estudo de História carece de sentido ou utilidade; não se tem a visão de ciência e sim de uma matéria decorativa, estudo do passado, que só exige como vimos, a prontidão em declinar nomes, datas e fatos.

Aprender os conhecimentos envoltos pela disciplina de História não é somente estudar para passar por uma etapa ou permitir que o conhecimento propiciado por esta seja somente decorado. Aprender implica muito mais que isso, pois o estudante deve intervir no processo de construção de sua própria bagagem educacional, de modo a fazer com que o aprendizado tenha a possibilidade de ser desenvolvido da melhor forma. Cainelli (2010, p. 19) corrobora ainda mais ao dizer que “[...] o ensino de história precisa se relacionar com os sujeitos que

aprendem começando pela tarefa de ensinar aos alunos a sua história e seu papel enquanto sujeitos históricos”, para que assim esse ensino possa fazer sentido na vida deste aluno.

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL VISTA COMO UMA METODOLOGIA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Pode-se dizer que a Educação Patrimonial é constituída através de um processo permeado pelo trabalho educacional, que tem por foco a centralização do Patrimônio Cultural. Esse serve como fonte primária para que ocorra o desenvolvimento de novos conhecimentos e o enriquecimento, tanto individual quanto coletivo, pois é através das experiências ofertadas pelas manifestações ligadas a cultura que acontece a valoração deste próprio patrimônio. Em relação a isso, Funari e Pelegrini (2006, p. 9) por meio desse viés ao desenvolvimento individual e coletivo afirmam que “o patrimônio individual depende de nós, que decidimos o que nos interessa. Já o coletivo é sempre algo mais distante, pois é definido e determinado por outras pessoas, mesmo quando essa coletividade nos é próxima”.

No que se refere ao significado da expressão “Educação Patrimonial”, as autoras Horta, Grunberg e Monteiro (1999) a explanam com a seguinte conceituação:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural. (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999, p. 6)

É válido ainda comentar que a Educação Patrimonial pode ser desenvolvida e aplicada dentro dos museus, arquivos, bibliotecas e ainda com um significativo apreço educacional nos ambientes escolares, uma vez que a atividade em si tem por fundamento a busca por um maior vínculo, envolvendo as comunidades, as organizações, as autoridades governamentais e até mesmo as famílias com a rede escolar. Pode-se dizer que uma das funções primordiais da Educação Patrimonial dentro do ambiente escolar é a de possibilitar o pleno conhecimento referente as informações pertencentes aos bens culturais bem como o acesso a eles através de

diversas formas, de modo a fazer com que os educandos reconheçam sua importância e valorizem sua preservação.

Através dessa prática, que tem por base a identificação e interação com o bem cultural, é que poderá ocorrer a ampliação do aprendizado e a compreensão da história local, ligadas essas aos temas cotidianos da própria história de vida. Oliveira (2011, p. 14) ainda explica que “no caso do público escolar, o foco está na construção das identidades individual e coletiva”. Todavia, a educação através do patrimônio passa a ser considerada como uma metodologia de ensino também para a história local, pois faz um compilado de elementos que podem promover ponderações nos alunos sobre os mais variados assuntos, tais como os bens materiais e imateriais, a cultura local e até mesmo sobre os valores adquiridos com as experiências vivenciadas. Permite ainda uma incorporação e interação com o bem patrimonial (histórico e cultural) valorizado e preservado, de modo a estimular o interesse pela história através da (re)construção das narrativas e da memória, proporcionando assim uma relação de “pertencimento” com a cultura local.

Segundo Pelegrini (2009, p. 35), o sentido atribuído ao vocábulo “pertencimento” pode ser considerado como uma apropriação dos bens culturais por uma sociedade e/ou comunidade, pois acabam “[...] retomando emoções, costumes, modos de viver e formas de entender o mundo que se entrelaçam às reminiscências do tempo pretérito e corroboram para a construção das identidades individuais e coletivas no presente”. A essa apropriação, no que tange ao Ensino da História, existe o envolvimento de uma incorporação dos recursos advindos do aprendizado histórico ao longo da vida de cada indivíduo, fazendo com que eles estejam envoltos por uma nova forma metodológica de aplicação e construção da Educação Patrimonial.

Em suma, a Educação Patrimonial promove perspectivas para que haja um melhor aprendizado sobre a história, pelo simples fato de despertar nos discentes a busca por uma identidade, que seja capaz de reforçar e elencar os laços do passado que são refletidos no presente.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO RIO GRANDE/RS: A CATEDRAL DE SÃO PEDRO

No dia 25 de agosto de 1755 nascia a igreja mais antiga do Rio Grande do Sul, pertencente a cidade do Rio Grande/RS. Tanto a população quanto as autoridades não mediram esforços, para que sua construção pudesse ser concretizada. A então Catedral de São Pedro passou a representar um lugar de memória, ou seja, um repositório natural de lembranças individuais e coletivas atinentes ao patrimônio histórico (ALVES, 2004).

Segundo Torres (2007), ela teve sua construção autorizada pelo então governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, que recebeu por carta o título de Conde de Bobadela, no dia 20 de outubro de 1758. A Catedral possui como dimensões 15 metros de largura por 30 metros de comprimento, comportando em seu espaço interno aproximadamente 300 pessoas. Ela é um bem cultural³ e apresenta sua inscrição no Livro Tombo das Belas Artes (Nº inscr.: 071; Vol. 1; F. 013; Data: 17/05/1938), de acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Está sob a inscrição “Matriz de São Pedro e Capela de São Francisco, contígua” e o nome de “Igreja Matriz de São Pedro e Capela da Ordem Terceira de São Francisco”. É considerada ainda um Monumento Histórico Nacional, sendo que este mesmo livro diz respeito às coisas atinentes a Arte Erudita Nacional ou Estrangeira.

No ano de 1756, a conhecida “Matriz de São Pedro” dá início a administração dos sacramentos e também das atividades paroquiais. Também serviu de abrigo aos enfermos, no período de invasões e guerras. No século XX foram apresentados diversos projetos com a intenção de reformular o aspecto da matriz, mas somente em 1937 com a Lei do Tombamento sobre aquilo considerado como Patrimônio Histórico e Artístico é que, de fato, ocorre a sua preservação. (ALVES, 2004)

A Catedral de São Pedro, ao longo de sua trajetória por esses anos, foi adquirindo caráter simbólico junto à comunidade, sobrevivendo as muitas intempéries pela qual passou. Foi assim que ela se constituiu como patrimônio histórico e foi reconhecida legalmente como tal, através dos órgãos responsáveis pelo seu tombamento. Tal valorização pode ser observada quando Alves (2004) nos diz que:

Diversos projetos chegaram a cogitar a sua demolição, para erguer-se um outro templo, mais coadunado com os novos tempos, principalmente na

³ De acordo com a **Lista dos Bens Culturais inscritos nos Livros do Tombo (1938-2012)**. Disponível em: <<http://www.guiadeturismo.inf.br/images/arquivos/viegas/Lista-de-bens-tombados-pelo-IPHAN.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

virada do século XIX e nas primeiras décadas da centúria seguinte. Entre o utilitário/funcional, em contraste com o simbólico/histórico, venceria o segundo, de modo que ao final dos anos trinta se daria o tombamento da Igreja de São Pedro, a qual se transformaria em Catedral algumas décadas depois. O velho templo conquistara seu lugar na história e seu valor junto aos homens. (ALVES, 2004, p. 20)

Sobre a relevância dos registros que eram realizados na matriz, salienta-se que os mesmos foram fundamentais na constituição das identidades sociais, uma vez que eram eles os responsáveis por documentar os fatos. O autor Antônio Pinheiro (2006) nos diz que antes da proclamação da República, era a igreja a figura responsável pela criação dos registros civis aos quais identificavam a população no Brasil. Muitos desses registros documentais eram advindos dos livros paroquiais, tais como os de nascimento, de batismo, de casamento e também de óbito, que acabaram por fazer parte desta órbita. Esses documentos formavam os Arquivos Eclesiásticos e possuíam valor jurídico, por serem produzidos e estarem inseridos no templo.

RESULTADOS PARCIAIS: A IMAGEM DA CATEDRAL DE SÃO PEDRO E SUAS DIVERSAS REPRESENTAÇÕES

Considerando a imagem que a Catedral de São Pedro simboliza diante da cidade do Rio Grande/RS como Patrimônio Histórico e Cultural, cabe salientar ainda que sua representação está presente em alguns patrimônios, reconhecendo e permeando assim seu valor histórico diante do município.

Exemplos desta representação podem ser observados, através da sua utilização na bebida Jurupiga, típica da Ilha dos Marinheiros, que fica localizada no extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul, na cidade do Rio Grande/RS; no Ginásio Municipal de Esportes Professor Farydo Salomão, que é comumente conhecido por Ginásio da Praça Saraiva; na logomarca utilizada no Plano Turístico da cidade, que teve por função representar os cinco macroprodutos turísticos do Rio Grande/RS (Obras de Engenharia, Ecologia, Praia, **História** e Cidade); como símbolo da cidade, através do slogan “Rio Grande, Cidade Histórica, Patrimônio do Rio Grande do Sul”; na proposta de um Roteiro Turístico através dos templos e centros da cidade, sendo conhecido como o “Roteiro Artístico-Religioso da Cidade do Rio Grande”.

Também está na logomarca utilizada pelo PPGH da FURG e que faz o uso da representação simbólica da Catedral de São Pedro; na capa da Revista BIBLOS, que pertence ao Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI) da FURG, sendo um periódico de acesso aberto e de publicação semestral, abrangendo ainda trabalhos relacionados com a área da Ciência da Informação; na 39ª edição da Feira do Artesanato, Indústria, Comércio e Serviços do Rio Grande (FEARG), sob a forma de um desenho num grande painel, disposto bem ao lado de uma das entradas para o Teatro da feira e ainda, ao lado de fora do Centro Municipal de Eventos, mais precisamente no muro que o cerca, exposta em forma de *graffiti*, em alusão aos 280 anos da cidade do Rio Grande/RS.

Na sequência, pode-se observar a imagem que traduz essas diversas representações:

Figura 1 – Representações por meio da Catedral de São Pedro em Rio Grande/RS



Fonte: Elaborado por William Paiva, 2017.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Diante dos fatos já apontados, pode-se dizer que a Catedral de São Pedro possui uma grande representação na Cidade do Rio Grande/RS, sem deixar de ressaltar também que ela é considerada como Patrimônio Histórico e Cultural do município, através da legislação que a preserva. Seu símbolo esteve presente e representado nos mais diversos patrimônios da cidade, a exemplo da rotulagem na produção da bebida Jurupiga na Ilha dos Marinheiros; no

logotipo da PMRG, denominando-a como “Cidade Histórica” e colocado à disposição do Ginásio Municipal de Esportes Professor Farydo Salomão, que se localiza na Praça Saraiva.

Também esteve fazendo parte do slogan “Rio Grande, Cidade Histórica, Cidade do Mar”, sendo considerada ainda como “Patrimônio do Rio Grande do Sul”, uma vez que sua imagem ficou em destaque ao lado das vagonetas dos molhes da barra, com forte representação também diante do próprio município. Por tudo isso é que podemos considerar a Catedral de São Pedro como um importante instrumento de valoração, aliado ao ensino de História nas escolas, pelo fato de sua própria historicidade fazer parte também da história local da cidade. Contudo, não se sabe de fato como esses aspectos tem sido abordados nas práticas pedagógicas dos professores da rede escolar.

Entende-se que tal valoração engloba as relações necessárias ao sentimento de pertencimento, que cada um possui ao retratar, compreender e abordar a Memória, a História bem como o Patrimônio Histórico e Cultural da cidade nas práticas alicerçadas a pedagogia.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco das Neves. **Uma igreja, uma comunidade:** os 250 anos de história da Catedral de São Pedro. Rio Grande: Ed. da FURG, 2004.

_____. Patrimônio histórico x modernização – a questão em torno da reedificação da matriz de São Pedro nos anos trinta do Século XX. **BIBLOS**. v.18, p. 109-124, 2006. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/131/46>>. Acesso em: 10 set. 2017.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Reflexões sobre a Educação Patrimonial e experiências da diversidade cultural no ensino de história. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação Patrimonial:** reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012.

BARBOSA, Vilma de Lourdes. Ensino de História local: redescobrimos sentidos. In: **SAECULUM – Revista de História** [15]; João Pessoa, jul./dez. 2006.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. **Ensino de história:** fundamentos e métodos. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CAIMI, Flávia Eloisa. Por que os alunos (não) aprendem história? Reflexões sobre o ensino, aprendizagem e formação de professores de História. In: **Revista Tempo**; v.11, n. 21, jun. 2006, p. 17-32.

- CAINELLI, Marlene. **O que se ensina e o que se aprende em História.** In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. *História: ensino fundamental – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.*
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade.** Trad. Maria Letícia Ferreira. SP: Contexto, 2011.
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). In: **Seminário Internacional de Políticas Culturais: teorias e práxis, 2010.**
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em Processo.** RJ: Editora UFRJ/ Minc-Iphan. 2ª edição, 2005.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Patrimônio histórico e cultural** / Pedro Paulo Funari e Sandra de Cássia Araújo Pelegrini. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.
- LUPORINI, Teresa Jussara. Educação Patrimonial: projetos para educação básica. In: Ciências & Letras. **Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras.** Educação e Patrimônio Histórico-Cultural. Porto Alegre: FAPA, n. 31, jan./jun. 2002. p.325-338.
- MOTTA, Antonio. Patrimônio. In: SANSONE, Livio e FURTADO, Cláudio Alves (Org.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa.** Salvador: EDUFBA, 2014, p. 379-391
- OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto de. **Educação patrimonial no Iphan.** 2011. Monografia (Especialização) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2011.
- PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio cultural: consciência e preservação.** São Paulo: Brasiliense, 2009.
- PINHEIRO, Antônio César Caldas. **A documentação eclesiástica e o Código de Direito Canônico.** 2006. Disponível em: <<http://www2.ucg.br/flash/artigos/060407documento.html>>. Acesso em: 10 set. 2017.
- PINHEIRO, Áurea da Paz. Memória, ensino de história e patrimônio cultural. In: PINHEIRO, Áurea da Paz. PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo (Org.). **Tempo, Memória e Patrimônio Cultural.** Piauí: EDUFPI, 2010.
- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. O que e como ensinar? Por uma História prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leonardo (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas.** 6.ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 17-36.

POSSAMAI, Zita Rosane. Leituras da cidade: educação para o patrimônio urbano. In: **III encontro nacional de estudos da imagem**. Londrina, Paraná, 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais2011/trabalhos/pdf/Zita%20Rosane%20Possamai.pdf>>. Acesso em 10 set. 2017.

_____. Patrimônio e Identidade: qual o lugar da história? In: GASPAROTTO, Alessandra. FRAGA, Hilda Jaqueline de. BERGAMASCHI, Maria Aparecida (Orgs). **Ensino de história no CONESUL – Patrimônio cultural, territórios e fronteiras**. Porto Alegre: Evangraf / UNIPAMPA Jaguarão, 2013.

POULOT, Dominique. Um Ecossistema do Patrimônio. In: CARVALHO, C. S. de; GRANATO, M; BEZERRA, R. Z; BENCHETRIT, S. F. (orgs.). **Um Olhar Contemporâneo sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material**. RJ: Museu Histórico Nacional, 2008.

PRATS, L. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de Antropología Social**, nº 21, p. 17-35, 2005.

_____. El concepto de patrimonio cultural. **Política y Sociedad**, n. 27, p. 63-76, 1998.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. In: _____. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

SCIFONI, Simone. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação Patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012.

TORRES, Luiz Henrique. **Rio Grande: imagens de espaços públicos que contam a história**. Rio Grande: FURG, 2007.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. **Ensino de História, Patrimônio Cultural e Currículo: reflexões sobre ações educativas em educação patrimonial**. Revista Labirinto, Porto Velho – RO, Ano XV, V. 22, p. 77-90, 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/viewFile/1391/1417>>. Acesso em: 10 set. 2017.